

Tempo de permanência no emprego na Região Metropolitana de Porto Alegre: evolução entre 2001 e 2010

O objetivo deste texto é verificar a trajetória do tempo de permanência no emprego, na Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA), no período de 2001 a 2010. Tempo de permanência refere-se ao tempo de manutenção, sem interrupção, do atual vínculo empregatício (ou trabalho) dos indivíduos na condição de ocupados no momento da entrevista. A duração desse vínculo é o resultado das práticas de admissão e demissão das empresas, tomadas com base em um conjunto de decisões gerenciais, em resposta aos movimentos do ambiente econômico e das modificações na relação entre custos e produtividade. O tempo de permanência relaciona-se, pois, com a criação e destruição de empregos — consequência das flutuações sazonais e do crescimento da economia e da própria dinâmica interna das empresas —, e com o fluxo dos trabalhadores nos postos de trabalho — que é a característica da rotatividade. Esse vínculo com o emprego ou trabalho é um indicador da natureza e da qualidade das relações que se estabelecem entre empregados e empregadores. A sua duração — quando referida a condição de assalariado — está associada à estabilidade no emprego, às condições de trabalho e a níveis de sindicalização.

Os dados utilizados neste trabalho foram gerados a partir da base de microdados da Pesquisa de Emprego e Desemprego na Região Metropolitana de Porto Alegre (PED-RMPA). As evidências empíricas mostram que, em 2010, o tempo médio de permanência de um ocupado da RMPA no emprego foi de 76,4 meses — um pouco acima de seis anos (ver tabela e gráfico abaixo). Considerando apenas os grandes agregados dentro da categoria dos ocupados, observa-se que a categoria **autônomos** foi a que apresentou o maior tempo de permanência (100,0 meses), ficando acima do tempo médio total da Região. Já os **empregados domésticos** e os **assalariados** situaram-se abaixo do total geral — 68,2 e 64,5 meses respectivamente.

Considerando apenas os assalariados, percebe-se uma grande diferença entre o tempo de permanência no setor **público** e no **privado**. No primeiro, os empregados estavam, em média, há 11,3 anos (137,4 meses) no emprego, ao passo que, no segundo, esse número é de cerca de quatro anos (49,1 meses). Desagregando o setor público, observa-se que, para os servidores **estatutários**, esse indicador chegou a 171,9 meses em 2010, ao passo que os **não estatutários** apresentaram 98,4 meses de tempo de permanência no emprego. Quando se separam os assalariados do setor privado por tipo de contratação, o tempo de

permanência entre os **com carteira assinada** é bastante superior ao dos **sem carteira assinada**, respectivamente, 52,5 meses e 29,0 meses.

Entre 2001 e 2010, houve um incremento de, aproximadamente, um ano no tempo de permanência do **total de ocupados** (12,3 meses). Em termos absolutos, o maior aumento foi registrado entre os **autônomos** (38,2 meses). Entre os empregados **domésticos**, a ampliação foi de 18,2 meses. O menor crescimento no indicador ocorreu entre os **assalariados** (4,1 meses) e, particularmente, entre os assalariados do setor privado — aumento de 4,3 meses. Os trabalhadores com carteira de trabalho assinada apresentaram uma pequena variação positiva (2,3 meses), que correspondeu a um terço do tempo médio encontrado entre os ocupados. No **setor público**, houve elevação de 7,6 meses. Apesar dessa magnitude, em termos relativos, o desempenho do setor privado foi superior ao do público, contribuindo para diminuir, ainda que de forma sutil, o diferencial entre o tempo de permanência dessas duas categorias. A exceção aqui identificada foi a que se verificou entre os servidores públicos não estatutários, que foi o único agregado em que houve queda no tempo de permanência ao longo da década (-6,3 meses).

Note-se que houve um encurtamento do *gap* entre os empregados do setor privado com e sem carteira. O tempo de permanência dos últimos aumentou 31,8% no período, enquanto o dos primeiros, 4,6%. Mesmo com o crescimento expressivo entre os ocupados sem carteira assinada, essa categoria permanece como a que possui o nível mais baixo do indicador. Além de não usufruir dos direitos previstos àqueles que possuem vínculo formal de emprego, esses trabalhadores estão sujeitos a formas precárias de inserção ocupacional.

Este estudo mostrou que houve uma elevação na duração do emprego, na RMPA, entre 2001 e 2010. Com base nessas evidências, pode-se aventar a hipótese de que houve, em termos gerais, uma melhora na qualidade do emprego da Região. Note-se, no entanto, que existem variações bastante significativas quando se consideram os diferentes segmentos e categorias. Poder-se-ia destacar o aumento modesto do tempo de permanência dos assalariados do setor privado com carteira assinada. Esse dado sugere que ainda não foi possível superar, entre esse conjunto de trabalhadores, a condição de fragilidade que caracteriza, segundo a literatura, os vínculos dos trabalhadores com seus empregos no Brasil.

Tempo de permanência no trabalho atual, por posição na ocupação, na Região Metropolitana de Porto Alegre — 2001-10

(meses)

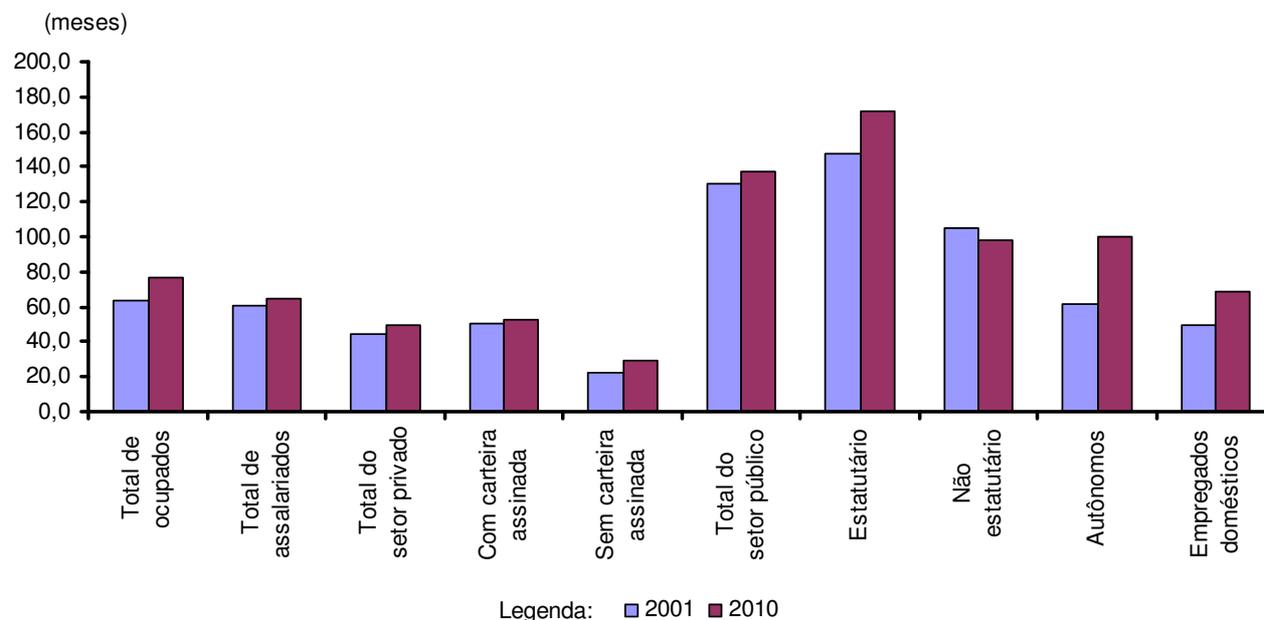
ANOS	ASSALARIADOS (2)									AUTÔNOMOS	EMPREGADOS DOMÉSTICOS
	TOTAL (1)	Setor Privado				Setor Público					
		Total	Total	Com carteira assinada	Sem carteira assinada	Total	Estatutário	Não estatutário			
2001	64,1	60,4	44,8	50,2	22,0	129,8	147,5	104,7	61,8	50,0	
2002	66,0	60,9	45,4	51,0	21,5	128,3	154,5	95,0	69,3	50,9	
2003	67,1	62,4	46,0	51,4	20,2	131,3	157,5	98,4	66,9	51,9	
2004	68,2	63,2	46,8	52,1	22,6	132,6	159,5	98,4	70,4	54,5	
2005	70,4	64,3	48,9	54,0	22,4	134,8	167,1	95,0	74,5	58,4	
2006	72,1	65,0	49,9	55,3	23,3	135,1	168,1	96,6	79,8	61,1	
2007	73,6	66,1	49,8	55,1	24,4	139,2	173,6	97,2	82,9	62,4	
2008	75,0	65,8	49,3	54,1	25,1	141,3	177,1	96,6	85,8	62,2	
2009	77,3	67,0	51,0	55,3	26,9	140,4	175,7	99,9	92,8	62,8	
2010	76,4	64,5	49,1	52,5	29,0	137,4	171,9	98,4	100,0	68,2	

FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS, PMPA, SEADE, DIEESE e apoio MTE/FAT.

(1) Inclui empregadores, donos de negócio familiar, trabalhadores familiares sem remuneração, profissionais liberais e outras posições ocupacionais.

(2) Excluem os empregados domésticos e incluem aqueles que não sabem a que setor pertence a empresa em que trabalham.

Tempo de permanência no trabalho atual, por posição na ocupação, na Região Metropolitana de Porto Alegre — 2001 e 2010



FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS, PMPA, SEADE, DIEESE e apoio MTE/FAT.

Walter Arno Pichler
Economista e Sociólogo, Pesquisador da FEE